

CONCLUSÕES E PROPOSTAS DO FORUM PARA AS PMES

I. Situação presente

Durante os quatro anos e meio, da responsabilidade do XVII Governo Constitucional, apontam-se três grandes marcas:

- O PIB português e o Produto Potencial têm vindo a registar taxas de crescimento muito modestas, notando-se uma incapacidade de criar riqueza de natureza estrutural, e não conjuntural como o Governo Socialista teima em afirmar;
- O agravamento o desequilíbrio externo nacional, colocando a economia nacional numa posição de endividamento face ao exterior semelhante àquela que determinou a intervenção do Fundo Monetário Internacional (FMI) no início da década de oitenta;
- Uma política económica voltada para as grandes empresas, especialmente estrangeiras, a qual não tem beneficiado directamente grande parte do tecido empresarial nacional nem tem apresentado efeitos de arrastamento significativos;
- Uma política económica voltada para as grandes obras públicas, com um colossal potencial de agravamento da Balança de Transacções Correntes e sem qualquer preocupação com o financiamento ou a rentabilidade destes projectos.

Este Governo:

- É responsável pela maior taxa de desemprego que há memória em Portugal
- É responsável pelo enorme número de falências de PMEs;
- É passivo na forma como reage ao enquadramento externo;
- Apresenta um conjunto de medidas sem capacidade de beneficiarem as empresas, os trabalhadores e consequentemente a economia nacional;
- Foi incapaz de reformar o Estado e os seus sistemas.

Com esta política:

- As empresas enfrentam fortes restrições à sua actividade económica por via da burocracia e dos custos de contexto que afectam a actividade económica;
- Estaremos a hipotecar o futuro do País, onerando as gerações futuras em projectos cuja rendibilidade é nula e que deteriorará, ainda mais, a posição líquida internacional de Portugal;
- O Governo controla e domina ainda mais a actividade económica, seja pela execução dos grandes projectos, como através do controlo que exerce sobre a actividade bancária e financeira;
- O País ficou mais pobre, aumentaram as assimetrias regionais e beneficiam-se empresas e projectos a bel-prazer do Governo.
- O Governo controla e domina ainda mais a actividade económica, seja pela execução dos grandes projectos, como através do controlo que exerce sobre a actividade bancária e financeira;
- O País ficou mais pobre, aumentaram as assimetrias regionais e beneficiam-se empresas e projectos a bel-prazer do Governo.

Vivemos, de facto, tempos de crise, uma crise estrutural, que se agrava com um ambiente muito adverso, caracterizando-se por:

- Falta de capacidade de criar riqueza;
- Aumento do desemprego;
- Falências em ritmo elevado;
- Agravamento das condições sociais e consequente aumento da pobreza.

II - Linha estratégica

- Apostar em medidas que permitam o aumentar a produtividade, as quais, por si só, não resolvem o problema no curto prazo mas são essenciais no médio e longo prazo para o crescimento da economia portuguesa;
- Discriminar positivamente as PME's nacionais;
- Flexibilizar os procedimentos administrativos para reduzir a burocracia;
- Apostar numa relação próxima e baseada na confiança entre o Estado e as empresas;
- Posicionar o Estado como uma pessoa de bem e cumpridor das suas obrigações;
- Posicionar o Estado, e todas as suas instituições, como entidades transparentes e sérias.

III - Políticas

De forma a promover a capacidade financeira das PME:

- Garantir o pagamento das dívidas do Estado às PME;
- Criar uma conta corrente entre o Estado e as empresas;
- Alterar o regime de pagamento do IVA;
- Alterar o regime de reembolso do IVA;
- Extinguir o pagamento especial por conta;
- Dar orientação à CGD para reforçar a sua actuação no financiamento das PME exportadoras;
- Dinamizar o capital de risco para as PME exportadoras.

De forma a promover o emprego e o investimento nas PME:

- Defender o emprego reduzindo a Taxa Social Única suportada pelos empregadores;
- Promover a criação de emprego pela redução de custos fixos (TSU) que lhe estão associados;
- Aplicar uma majoração de 50%, para efeitos de cálculo de IRC, às despesas resultantes de novas contratações de pessoal;
- Garantir uma taxa de IRC para 10%, durante 15 anos para os investimentos a realizar no interior;
- Garantir uma taxa de IRC de 10% durante 10 anos para jovens empresários;
- Reforçar o crédito fiscal ao investimento para PME exportadoras;
- Incentivar a reconversão dos equipamentos industriais e de transporte para aumento da eficiência energética das PME;
- Aceitar a amortização do goodwill para efeitos fiscais na aquisição de empresas em actividade, para salvaguarda dos postos de trabalho;
- Extinguir o imposto de selo nas operações de crédito a médio prazo;
- Rever a generalidade dos processos de licenciamento;
- Concentrar num único portal de informação os apoios do Estado.

De forma a promover a participação das PME nas compras e contratação pública:

- Garantir que as compras públicas sejam mais transparentes, mais simples, e tenham maior valor acrescentado bruto nacional;
- Garantir a participação das PME na contratação pública.

CONCLUSÕES E PROPOSTAS DO FORUM PARA A SAÚDE

I. Situação presente

Volvidos mais de quatro anos, o Governo falhou na construção de um projecto para a Saúde em Portugal.

E falhou porque não tem projecto. Tem programas, estratégias parcelares, sem visão de conjunto.

Por isso, em 2006, de acordo com os dados da OCDE, já estávamos em 6.º lugar nos gastos de saúde face ao PIB, assumindo este sector 10,2% do Produto Interno Bruto, mas não vemos os resultados equivalentes.

É possível fazer mais e melhor, mas, para isso, é preciso um rumo. E esse não se vislumbra na governação socialista.

II. Com este Governo tem e teríamos:

- Um continuada indefinição sobre qual dos modelos – entre os que actualmente coexistem - deve determinar a estrutura dos cuidados de saúde em Portugal;
- Uma consequente falta de articulação entre cuidados primários e hospitalares;
- Um anúncio esparso de uma centena de camas aqui, duas centenas ali, criando a ilusão de que os problemas da maioria dos cidadãos estão a ser resolvidos;
- Cidadãos sem referenciação concreta, sem um médico e um enfermeiro que siga o seu processo, as suas necessidades regulares, que os oriente de modo personalizado na prevenção;
- Ausência de gestão da informação, promovendo a ineficiência com prejuízo dos utentes e do erário público.

III. Linha estratégica

- Definição da rede de cuidados de saúde, que integra os sectores público, social e privado, assumindo a necessidade de um crescente papel da Entidade Reguladora da Saúde. Essa rede deve repartir-se em unidades locais de saúde que integram os cuidados de forma global, dos primários aos hospitalares;
- Uma aposta forte em equipas de referência que seguem o utente ao longo da sua vida tratando do mesmo ao nível dos cuidados primários e encaminhando-o, de forma sempre articulada no seio da unidade local de saúde, apenas se necessário, para os cuidados que só outros serviços, designadamente hospitalares, têm condições para prestar;
- Reforçar o papel da prevenção como sendo a melhor forma de controlar a despesa. Na prevenção, os benefícios não são apenas económicos, mas traduzem uma melhoria da qualidade de vida e do quadro de felicidade dos cidadãos;
- Aprofundamento da rede de cuidados continuados, aumentando, por um lado, a oferta existente e, por outro, apostando, de forma consistente, nos apoios à assistência domiciliária;
- Reforçar a autonomia das diversas unidades de saúde, aumentando a responsabilidade da gestão pelos resultados clínicos e financeiros, fomentando ainda a concorrência e a liberdade de escolha por parte do utente. Assim, as unidades de saúde devem, num quadro de transparência, prestar contas aos cidadãos e à comunidade, do resultado das suas actividades segundo critérios clínicos e de saúde pública;
- Reformular o modelo de financiamento do Serviço Nacional de Saúde aproveitando e maximizando os recursos e a capacidade instalada (stock e competências). O Estado, no seu papel principal de financiador e regulador, deve adoptar um modelo de financiamento de base processual, que abstraia da natureza do prestador dos cuidados de saúde, procurando antes focar-se na qualidade eficiência da prestação em si, valorizando e conjugando os esforços das estruturas públicas, privadas e do "sector social";
- Um investimento efectivo na gestão da informação, criando condições de sustentabilidade dos sistemas informáticos e obtendo os correspondentes ganhos de eficiência.

CONCLUSÕES E PROPOSTAS DO FORUM PARA O DESEMPREGO

I. Situação presente

A ausência de medidas decisivas, inequívocas e abrangentes orientadas para o estabelecimento de um mercado de trabalho funcional e eficiente, aspecto que a conjuntura de crise económica vem agora colocar em evidência.

A entrada na actual fase de recessão ocorreu com uma taxa de desemprego (8%) que é o dobro do verificado à entrada da anterior fase recessiva, em 2003 (4%). Antecipa-se, portanto, que em reacção à crise a taxa de desemprego irá subir para níveis recorde em Portugal ao longo dos próximos dois anos (no primeiro trimestre de 2009 já se fixou em 8,9%).

Observa-se um crescente grau de rigidez (esclerose) e segmentação do nosso mercado de trabalho:

- Subida da duração média do desemprego (23,1 meses no primeiro semestre de 2008, o valor mais alto dos últimos 10 anos);
- Tendência ascendente do peso do desemprego de longa duração (cerca de 50% do total de desempregados em 2008, face a 35% em 2001);
- Peso muito alto dos contratos a termo (23%, face a 14% de média UE), com incidência crescente entre os mais jovens e para as durações mais curtas de emprego.

Os indicadores de cariz estrutural acima reportados reflectem, de um modo ou de outro, a interacção entre o sistema de protecção ao emprego e o sistema de protecção ao desemprego plasmados no nosso quadro legal, com o primeiro a atenuar o estímulo à procura de trabalho pelas empresas e o segundo a reduzir o estímulo à oferta de trabalho pelos trabalhadores.

A recente acção governativa merece as seguintes grandes críticas:

Lançamento de uma panóplia de instrumentos de protecção ao emprego e inserção no mercado de trabalho – por subsidiação directa ou de actividades de formação profissional para trabalhadores considerados excedentários – sem uma definição clara de objectivos para cada um deles e do respectivo processo de escrutínio e avaliação. ¹

Ausência de reconhecimento do problema estrutural que aflige o mercado de trabalho português e, portanto, quer da necessidade de medidas que o combatam directamente, quer do estabelecimento de salvaguardas que mitiguem o agravamento do problema estrutural causado pelas medidas de ataque à presente conjuntura de crise.

II - Linha estratégica

O indivíduo e as suas formas colectivas (designadamente, as famílias e as empresas) são o cerne da sociedade e do sistema económico de mercado, cabendo ao Estado a regulação deste último, designadamente com vista à supressão das designadas “falhas de mercado”²;

¹ Veja-se o manancial de legislação recentemente publicada: Programa Qualificação-Emprego (Formação Profissional) – Portaria n.º 126/2009 – I Série n.º 21, de 30/01;

Gabinetes de Inserção Profissional – Portaria n.º 127/2009 – I Série n.º 21, de 30/01; Contrato Emprego-Inserção e Contrato Emprego-Inserção+ – Portaria n.º 128/2009 – I Série n.º 21, de 30/01; Programa Estágios Profissionais – Portaria n.º 129/2009 – I Série n.º 21, de 30/01; Medidas Excepcionais de Apoio ao Emprego – Portaria n.º 130/2009 – I Série n.º 21 de 30/01; Programa de Estágios Qualificação-Emprego – Portaria n.º 131/2009 – I Série n.º 21, de 30/01.

² Isto para além do preenchimento das tradicionais funções económicas da redistribuição e da estabilização macroeconómica, bem como das funções de soberania.

A intervenção política deve ser orientada pela seguinte ideia-base: a iniciativa e competência em termos de empreendedorismo, criação de riqueza e de emprego devem caber às empresas e às pessoas. O Estado exerce uma função complementar e supletiva, designadamente no desenho e implementação de medidas – bem direccionadas e com perfil temporal bem de limitado – de ataque às crises económicas.

III - Políticas

Medidas concretamente apresentadas no Fórum para as PME's, no que tange o combate ao desemprego:

- Defender o emprego reduzindo a Taxa Social Única suportada pelos empregadores;
- Promover a criação de emprego pela redução de custos fixos (TSU) que lhe estão associados;
- Aplicar uma majoração de 50%, para efeitos de cálculo de IRC, às despesas resultantes de novas contratações de pessoal;
- Garantir uma taxa de IRC para 10%, durante 15 anos para os investimentos a realizar no interior;
- Garantir uma taxa de IRC para 10%, durante 10 anos para jovens empresários.

Focalização em medidas macro de estímulo à economia pelo lado da despesa e da procura agregada, recorrendo, designadamente a projectos de investimento público passíveis de lançamento imediato e com prazos de execução curtos (até um ano). Procura-se, assim, garantir um impacto forte da despesa pública na fase mais aguda da crise, mas assegurando a capacidade de reversão do estímulo orçamental quando a economia entrar na fase de recuperação;

Subida controlada do défice público.

Extensão, com cariz explicitamente temporário, do período potencial de concessão do subsídio de desemprego.

Aprofundamento do quadro de apoio do Estado ao sector social privado – enquanto empregador e enquanto prestador de serviços de apoio social –, de modo a garantir-se a prossecução do princípio da subsidiariedade.

CONCLUSÕES E PROPOSTAS DO FORUM PARA A SEGURANÇA

I. Situação presente

A questão da segurança de pessoas e bens contende com um dos valores mais importantes da vida em sociedade e está, atenta a actual situação, compreensivelmente, no topo das preocupações da população portuguesa.

Em 2005, o actual Governo apresentou-se aos portugueses com os seguintes objectivos em matéria de segurança interna:

- Afirmar a autoridade do Estado e garantir a segurança;
- Realizar uma política de segurança ao serviço da coesão social;
- Diminuir a criminalidade mediante uma política que, articuladamente, combata as causas e as consequências do crime;
- Melhorar a investigação criminal para perseguir mais eficazmente a criminalidade organizada e económico-financeira;
- Melhorar a coordenação dos serviços vitais à segurança.

(Programa do XVII Governo Constitucional - 2005/2009)

Em 2009, confirmando um sentimento generalizado e preocupante que atravessa a sociedade portuguesa, os números do Relatório Anual de Segurança Interna, recentemente divulgado, demonstram que nenhum destes objectivos - textualmente inscritos no Programa do Governo - foi alcançado e atestam, de forma clara, o total falhanço da política do actual governo no tocante à segurança.

Com efeito, os números da criminalidade em 2008 atingiram valores inéditos para a realidade portuguesa da última década. 421.037 crimes participados - mais de 1.100 crimes por dia; um aumento de 7,5% em relação a 2007 - sendo que destes, 24.313 foram crimes violentos, o que dá uma média diária de 67 crimes e um aumento de 10,8% face a 2007. Um impressionante aumento dos assaltos a bancos e postos de abastecimento de combustíveis - em 2007, foram assaltadas 108 dependências bancárias, número que no ano passado aumentou para as 230; o número de bombas de gasolina assaltadas passou de 241 em 2007, para 468 em 2008. Também os homicídios aumentaram em relação a 2007, com um total de 143 pessoas assassinadas. Um incremento de práticas criminosas de grande alarme social, como sejam o vulgarmente designado carjacking - 638 casos registados em 2008, o que se traduziu num aumento de 39% em relação ao ano anterior - os assaltos altamente sofisticados com recurso a explosivos e armas com calibre de guerra e as situações de verdadeira guerrilha urbana, amplamente noticiadas no segundo semestre do ano transacto.

(Dados do Relatório Anual de Segurança Interna 2008)

Os números divulgados não deixam margens para dúvidas, Portugal é, em 2009, um país muito mais inseguro do que em 2005.

O medo cresce na sociedade portuguesa e a insegurança afecta, transversalmente, todos os cidadãos, em todas as zonas do país, com particular incidência nas pessoas mais idosas, mais fracas e mais pobres.

Actualmente, vastas áreas do território nacional, milhares de portugueses, encontram-se, verdadeiramente entregues a si próprios, sem qualquer tipo de vigilância ou policiamento.

Nos grandes centros urbanos, particularmente na faixa litoral, fazem-se sentir as consequências de uma elevada concentração populacional conjugada com um planeamento urbanístico errado, que desertificou o centro das cidades e atirou para verdadeiros guetos as populações económica e culturalmente mais carenciadas.

A um aumento, quase banalização, da criminalidade com recurso a armas de fogo e com séria e, infelizmente, efectiva ameaça à integridade física das pessoas, veio juntar-se uma real degradação das condições de vida de uma fatia significativa da população, fruto do actual contexto de crise económica.

A tudo isto junta-se uma sensação de impunidade, resultante da desconexão temporal entre prática criminosa e a seqüela e punição penal, associada a uma crónica ideia de falta de meios técnicos, logísticos e humanos, que deixa no ar a amarga sensação de que o sistema não dá cabal e tempestiva resposta às solicitações e que, por essa via, o crime pode, muitas vezes, compensar.

Acresce a sucessão de escândalos financeiros e de corrupção sem fim à vista e que muito contribuem para a erosão da confiança nas instituições.

Não menos grave, é o verdadeiro clima de críspação (e a conseqüente descredibilização) no relacionamento entre o Governo e a generalidade dos agentes da Justiça e Segurança, pautado, mais pelo combate a supostos privilégios e regalias, do que pela construtiva concertação de esforços em nome de uma causa comum.

Naturalmente, são muito pesados os custos da insegurança e criminalidade para o nosso país. Não só os custos directos, traduzidos em vidas e outros danos físicos e materiais, mas o custos sociais e económicos indirectos relacionados, nomeadamente, com o turismo e outras áreas da actividade económica.

II. Linha Estratégica

- Credibilização das instituições do Estado, nomeadamente das forças de segurança e dos Tribunais, aos olhos do cidadão – com principal atenção à população mais jovem e em idade escolar - como factor fundamental de prevenção do fenómeno criminal;
- Aposta no reforço de meios logísticos, técnicos e humanos e na melhoria da organização e eficiência dos organismos policiais e judiciais de prevenção, repressão e punição do crime;
- Coordenação das políticas de segurança, educativa e social;
- Total rejeição das intervenções legislativas casuísticas e pontuais.

III - Políticas

- Aprovação de um programa de segurança para 5 anos, estabilizando as linhas de orientação das forças de segurança a médio e a longo prazo;
- Incremento da coordenação dos diversos Órgãos de Polícia Criminal no âmbito da investigação criminal;
- Aplicação de um programa de inovação tecnológica das polícias e dos meios de apoio técnico e científico das mesmas;
- Centralização da recolha, tratamento e distribuição da informação criminal;



FÓRUM PORTUGAL DE VERDADE

- Aplicação de um programa de inovação tecnológica das polícias e dos meios de apoio técnico e científico das mesmas;
- Centralização da recolha, tratamento e distribuição da informação criminal;
- Aposta no policiamento de proximidade (figura do polícia da comunidade que actua de uma forma proactiva junto das comunidades); reforço do policiamento de rua nomeadamente nos períodos nocturnos e nas zonas de maior criminalidade;
- Reforço do papel das autarquias e dos organismos de segurança social na intervenção nas zonas urbanas problemáticas; criação de uma comissão permanente dos Conselhos Municipais de segurança, reunindo representantes das polícias, da segurança social, das escolas, do Instituto de Reinserção Social e das magistraturas que defina as linhas da prevenção e coordene a intervenção nas zonas de risco;
- Reforço (directo e indirecto) da segurança das comunidades escolares e dentro e fora dos estabelecimentos de ensino;
- Aprovação de um Programa Nacional de Prevenção da Delinquência Juvenil, com a criação de equipas policiais de prevenção;
- Reforço/unificação/especialização do meios de combate à criminalidade; criação dos grupos de intervenção conjunta (PSP, GNR, PJ e SEF) com uma coordenação operacional única para uma intervenção mais eficaz nos grandes focos de criminalidade;
- Reforçar as condições de funcionamento dos Núcleos de Apoio Técnico à investigação criminal;
- Aposta na Justiça Tecnológica com ligação on line e em tempo real dos Tribunais, Polícias e Prisões;
- Reconhecimento da especificidade da função das forças de segurança, relativamente a outros corpos profissionais na função pública.

CONCLUSÕES E PROPOSTAS DO FORUM PARA O COMBATE À POBREZA

I. Situação presente

Portugal é hoje uma sociedade injusta, com desigualdades profundas e com níveis de pobreza significativos. Apesar das promessas do Governo, os níveis de injustiça e desigualdade têm-se vindo a agravar.

A verdade é que as políticas desenvolvidas e aplicadas pelo Governo Socialista tanto no domínio económico – não aumentou o potencial de crescimento da economia e a capacidade de criação de emprego – como no domínio social – que se baseou numa forte intervenção directa estatal – não conduziram, nestes últimos anos, a que se tenham reduzido as assimetrias. Muito pelo contrário, colocaram-se importantes franjas da sociedade numa situação de exclusão social. Somos hoje um país com níveis de pobreza significativos, mais desigual e mais injusto.

Este Governo:

- Falhou na luta contra a pobreza e as condições de vida dos mais carenciados;
- Falhou na promoção das condições do trabalho e criação de riqueza mais favoráveis;
- Falhou na manutenção de justos equilíbrios inter-geracionais;
- Falhou na coesão territorial.

Com esta política:

- Portugal tem cerca de 2 milhões de pessoas pobres. 18% da população portuguesa não tem mais d 379 euros de rendimento por mês;
- Antes de transferências sociais, 84% dos portugueses com mais de 65 anos são pobres;
- A pobreza infantil é significativa em Portugal. Para os menores de 17 anos, Portugal apresenta uma taxa de pobreza muito elevada, cerca de 3 pontos percentuais acima da média nacional;
- Portugal tem uma das piores taxas de abandono escolar da UE logo após Malta - 36,3%, contra uma média europeia de 14,5%;
- Portugal é o país mais desigual da Zona Euro. Os mais ricos têm rendimentos 6,8 vezes mais altos que os mais pobres, contra uma média na UE15 de 4,7;
- Portugal é o país com o pior índice de mobilidade social da União Europeia. Entre os 20% mais pobres do país, 68,2% permanece nessa condição após um período de 3 anos;
- Ser empregado já não é um factor de mobilidade social. Dos pobres, 35% são pessoas empregadas;
- Na última década, a classe que menos beneficiou do crescimento real do rendimento foi a classe média;
- Portugal tem a mais alta percentagem de trabalhadores que escolheram viver e trabalhar noutros países da União Europeia. As saídas dos últimos quatro anos estão ao nível registado nos países da Europa de Leste. Em 2006, os números oficiais representaram 34 mil portugueses, mais 10% do que em 2004;
- Portugal tem meio milhão de desempregados no 2º trimestre de 2009;
- A desigualdade salarial em Portugal não tem parado de aumentar desde 1995. A desigualdade salarial entre homens e mulheres é superior a 25%;
- Por cada euro de riqueza criada em Portugal, uns impressionantes 34,4 cêntimos destinam-se a pagar as despesas de funcionamento da máquina do Estado, o que limita a capacidade de financiamento do apoio social.

II. Linha estratégica

O combate à pobreza é uma matéria multi-dimensional, complexa e difícil. Convoca as políticas públicas nas áreas da segurança social, da economia e do emprego, da imigração, habitação, educação e saúde, de modo transversal.

É possível melhorar a situação que actualmente existe.

O contributo do Estado é decisivo e não dispensável. Deve promover uma efectiva “rede de segurança”. Deve aproveitar as solidariedades primárias, as redes sociais e as instituições intermédias. De caminhar no sentido de aliviar a pobreza de uma maneira mais circunstanciada e próxima daqueles que realmente precisam de ajuda, menos ‘burocrática’ e abstracta, e portanto mais eficaz. Trata-se de uma nova perspectiva da intervenção do Estado:

- mais respeitadora do princípio da subsidiariedade;
- mais focada nas funções de regulação, financiamento e fiscalização;
- mais descentralizada na implementação das políticas públicas, com vista a potenciar e articular agentes locais e autarquias;
- mais simples, facilitando o acesso aos serviços sem exigências burocráticas desproporcionadas;
- e mais transparente, separando inequivocamente o papel de redistribuição de riqueza do papel da segurança social enquanto seguro de trabalho.

III. Políticas

A. Nova perspectiva de responsabilidade individual e valorização da família:

- Dinamizar programas específicos, escola a escola, com grupos multidisciplinares, de combate ao abandono escolar, suportados no forte apoio à família e ao seu envolvimento, e na comunidade escolar;
- Reforçar as medidas de apoio à família, no contexto empresarial, nomeadamente alterando a legislação laboral para criar novas condições para o trabalho a tempo parcial;
- Privilegiar a resposta integrada ao nível da família para apoio aos idosos e pessoas com deficiência, apoiando aquelas que tomam conta dos seus;
- Promover a educação dos jovens em valores de cidadania, valorizando o apoio social ou ajuda aos mais carenciados como forma de realização pessoal;
- Promover a justiça fiscal nas famílias, de forma a tornar fiscalmente relevante o número de membros que compõem o agregado familiar;
- No âmbito da intervenção para o combate à pobreza infantil, desenvolver políticas específicas de saúde infantil, nomeadamente um rastreio universal aos 6 anos de condições dentárias, visuais e auditivas. Deverá também aumentar-se os apoios à alimentação nas escolas para lanches a meio da manhã e tarde;
- No âmbito da protecção de crianças e jovens em risco, impulsionar a criação de um programa de centralização e coordenação da informação e de avaliação dos recursos sociais públicos e privados, existentes em todo o país;
- No âmbito da adopção, fomentar uma cultura favorável à adopção de crianças com mais idade e/ou problemas de saúde, com vista a reduzir a sua institucionalização.

Novas prioridades das políticas públicas:

- Melhorar a eficácia do Rendimento Social de Inserção (RSI) reforçando os compromissos contratuais da sua atribuição, a vigilância e o acompanhamento de proximidade e assegurando uma fiscalização rigorosa. Deverá ser garantido o efectivo compromisso nos domínios da educação e saúde de menores, na procura activa de emprego e na frequência de formação profissional;
- Assegurar que o sistema de transferências sociais assentará numa visão integrada do rendimento, dimensão do agregado familiar e património das famílias, de modo a aprofundar a selectividade e a discriminação positiva na atribuição de prestações sociais às pessoas carenciadas;
- Garantir que, no futuro, as revisões das pensões de velhice do regime não contributivo, apoiar-se-ão numa visão completa do rendimento e património do agregado familiar dos idosos, para poder aumentar o apoio aos mais carenciados;
- Apostar numa nova política de habitação social que promova uma efectiva desconcentração da pobreza, nomeadamente em zonas degradadas, enquanto factor de inclusão social.

Nova perspectiva de valorização das iniciativas da sociedade civil:

- Assegurar, regulamentar e promover o financiamento do Estado às IPSS com base em critérios de atribuição ligados ao desempenho e à qualidade dos serviços prestados;
- Fomentar a eficiência desses serviços, a partilha de recursos e de boas práticas, incentivando o funcionamento em rede;
- Incentivar o voluntariado com a valorização do respectivo tempo de apoio em termos de segurança social;
- Alargar o âmbito de iniciativas enquadradas como mecenato, revendo as deduções fiscais para as empresas e particulares que apoiem estas iniciativas sociais.

CONCLUSÕES E PROPOSTAS DO FORUM PARA A EDUCAÇÃO

I. Situação presente

Destes quatro anos de Governo na área educativa, sobressaem três grandes marcas:

- Em 1º lugar, uma obsessão pela propaganda que levou o Governo a usar, despudoradamente, a escola e os alunos para as suas acções eleitoralistas;
- Em 2º lugar, um clima de intimidação em que a perseguição e a ameaça foram permanentes perante quem ousasse criticar o Governo ou divergir da linha oficial;
- E em 3º lugar, uma enorme conflitualidade, com uma atitude do Governo permanentemente agressiva, de confronto, de obstinação e de hostilidade.

Este Governo quis dividir para reinar. Apostou tudo no ataque aos professores, na ofensa à sua dignidade profissional, na confusão e na guerrilha constante e acabou por aumentar exponencialmente, com a sua atitude, a desmotivação desses professores, o seu desprestígio social e, principalmente, a sua perda de autoridade nas escolas e nas salas de aula.

Este Governo:

- Acabou com as provas globais no 9º ano;
- Acabou com o exame a Filosofia no Ensino Secundário;
- Promoveu, em 2008, exames tão fáceis que conduziu ao que foi apelidado como o “milagre da Matemática”, com uma subida da média tão absurda quanto artificial;
- Impôs um estatuto do Aluno que, pura e simplesmente, não pune as faltas de assiduidade;
- Sugeriu que penalizaria escolas e professores que dessem notas baixas aos alunos;

Com esta política:

- Vingou um ensino facilitista, que fomenta o desleixo e a preguiça, em lugar de promover o mérito, o trabalho e o esforço;
- Aumentou a violência e a indisciplina nas nossas escolas, em que episódios absolutamente inaceitáveis, de desrespeito e falta de civismo, se tornaram banais e tolerados;
- Degradou-se a qualidade do ensino, com os professores mais qualificados e mais experientes a pedirem a sua reforma antecipada – com perda de rendimento – porque preferem (segundo os próprios) fugir ao “inferno” em que se transformou a escola;
- Aumentaram as assimetrias sociais entre aqueles que podem aceder a escolas privadas e todos os outros que se vêem obrigados a aprender numa escola pública que perdeu, objectivamente, qualidade.

Vivemos, de facto, tempos de crise na escola pública, que se caracteriza por:

- Falta de exigência;
- Aumento da indisciplina;
- Degradação da qualidade;
- Agravamento das injustiças sociais.

II - Linha estratégica

- Maior autonomia e responsabilização das escolas na gestão da educação;
- Restabelecer o prestígio dos professores, reforçando a sua autoridade e exigência de desempenho ;
- Enfocar a acção dos professores no trabalho pedagógico e aliviar a sua carga burocrática;
- Desvalorizar o (in)sucesso estatístico e valorizar as estatísticas que nos comparam com os demais países europeus;
- Estabelecer como objectivo de médio prazo que a escolaridade seja obrigatória até que o estudante tenha adquirido os conhecimentos que lhe permitam ingressar numa profissão;
- A progressão e aprovação dos estudantes depende absolutamente de conseguirem atingir os objectivos mínimos definidos para o respectivo ano ou ciclo de estudos.

III - Políticas

- Alteração prioritária do "estatuto do aluno", revogando todas as normas que redundaram em faltas permanentemente justificadas e que fazem recair sobre os professores a obrigação de repetirem, infindavelmente, testes a alunos faltosos;
- Simplificação de processos no que respeita à punição das infracções disciplinares dos alunos. Efectivo sancionamento da indisciplina e da violência nas escolas. Reforço da autoridade dos professores que em sociedade, na escola e na sala de aula, não podem em momento algum ser encarados como "iguais" aos seus alunos;
- Revisão do "Estatuto da Carreira Docente", nomeadamente no respeitante ao regime de progressão na carreira corrigindo as injustiças do modelo vigente;
- Assumir o insucesso: classificação negativa e reprovação para os que efectivamente não aprenderam, em detrimento do constante abaixamento do nível de exigência que mais não visa do que sucessos estatísticos em favor da ignorância;
- Exames nacionais no 9º ano;
- Autonomia das escolas na contratualização de parcerias com as empresas para melhoria do ensino nos cursos profissionais e tecnológicos;
- Lançamento de programa nacional de sensibilização para o mérito e a excelência; exigência e rigor nos processos e na avaliação de resultados;
- Aulas de recuperação adaptadas ao modelo "explicação" com grupos de pequena dimensão;
- Suspensão do actual modelo de avaliação dos professores e substituição por outro que garanta:
 - que os avaliadores sejam reconhecidos pelas suas capacidades científicas e pedagógicas;
 - a diferenciação das classificações, tendo por critério o mérito;
 - a dispensa de burocracias e formalismos inúteis no processo de avaliação.

CONCLUSÕES E PROPOSTAS DO FORUM PARA O TERRITÓRIO

I - Situação presente

O desenvolvimento do território tem ocorrido ao acaso, ao ritmo de medidas avulsas e fortuitas que em nada favorecem a coesão e a harmonia do território nacional.

O Governo acentuou as desigualdades, reduziu a coesão, não assegurou suficientemente a modernização e competitividade da economia nacional, esqueceu partes do território e não resolveu as necessidades das populações.

O Governo de Sócrates definiu como orientação estratégica assegurar a equidade territorial no provimento de infra-estruturas e de equipamentos colectivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral. Todavia, Sócrates esqueceu rapidamente aquilo que prometeu...sendo, ele próprio, o primeiro a potenciar as desigualdades territoriais.

O interior do país está cada vez mais periférico em termos produtivos. Tem uma economia débil e insuficiente capacidade de atracção de novas iniciativas, baixos indicadores no que respeita aos cuidados de saúde, de educação básica e secundária e carências nas redes de infra-estruturas.

No litoral densamente povoado, aumentou a exclusão social, a insegurança, a marginalidade, os congestionamentos de tráfego e a poluição.

Com este Governo:

- Assistiu-se no interior do país ao encerramento de escolas, maternidades e centros de saúde, esquadras de polícia e serviços de justiça.
- Não se tomou qualquer medida de discriminação positiva para com o interior do país que possibilite inverter a sua crescente desertificação e abandono;
- Acentuou-se as desigualdades, reduziu-se a coesão, esqueceu-se partes do território, não se identificou e nem se valorizaram os recursos específicos das diferentes regiões.

II - Linhas estratégicas

- Promover com carácter prioritário a coesão e competitividade territorial. Uma coesão económica, social, histórica e cultural que permita a partilha de uma vocação territorial estratégica a longo prazo, cruzando dinâmicas nacionais, regionais e locais;
- Assegurar a solidariedade nacional, nos valores ligados à identidade territorial, à preservação de valores ambientais à afirmação da competitividade nacional à escala ibérica e europeia;
- Valorizar as políticas ambientais, nomeadamente as associadas às alterações climáticas, à biodiversidade e à gestão sustentável dos recursos;
- Apostar no princípio da subsidiariedade, promovendo uma governação do território descentralizada, mais próximo da população;
- Possibilitar a equidade de oportunidades no acesso ao trabalho e aos equipamentos e serviços a todos os cidadãos.

III - Políticas

- Garantir a integração de políticas entre os diversos níveis de administração (nacional, regional e local), tendo como objectivo a estruturação de um modelo territorial coeso e equitativo;
- Estruturar uma rede de cidades no interior de média dimensão, dotadas de factores de competitividade e de inovação (recursos humanos, empresas, instituições, centros de investigação, parques tecnológicos, plataformas logísticas, e redes sociais), capazes de assumir um papel dinamizador da economia e da cidadania e de ancoragem dos territórios envolventes;
- Construir redes de cooperação económica, social e política entre as diferentes regiões do país, de iniciativa predominantemente privada, e onde o Estado seja o garante da equidade territorial e o catalisador do desenvolvimento;
- Criação de um estatuto jurídico de interioridade, que discrimine positivamente as pessoas e as empresas que optem por se fixar nestas regiões, por forma a garantir a coesão do nosso processo de desenvolvimento;
- Promover uma efectiva política de cooperação territorial com Espanha, actuando, entre outros, nos seguintes domínios: nas redes de serviços públicos; na gestão partilhada dos ecossistemas naturais fronteiriços; na gestão das bacias hidrográficas; na valorização conjunta do património cultural; no incremento dos transportes públicos nas zonas de fronteira; na criação de redes de cooperação científica e tecnológica entre as cidades fronteiriças;
- Desenvolver uma nova orientação para a agricultura e as florestas, tendo em vista a sua importante dimensão social e económica, assim como ambiental, na preservação da biodiversidade e do território.

CONCLUSÕES E PROPOSTAS DO FORUM PARA O MAR

I - Situação presente

O Mar é o recurso natural por excelência de Portugal: em termos territoriais somos o 110º maior País do mundo, mas em termos de Zona Económica Exclusiva é o 15º, correspondente a cerca de dois terços do Mar da União Europeia. Ou seja, Portugal é uma Grande Nação Oceânica e o Mar é factor de identidade nacional.

II - Linha estratégica

O mundo cada vez mais globalizado tem vindo a defrontar uma procura crescente de energia, água e de alimento, a par de alterações climáticas e do consumo de recursos naturais. Há pois que encontrar formas sustentáveis que permitam estabelecer um equilíbrio entre crescimento e envelhecimento populacional, desenvolvimento económico e sustentabilidade ambiental. Portugal não está imune a estes desafios e o Mar pode e deve ser um importante contributo para a sua prossecução.

No entanto:

O PIB das actividades relacionadas com o Mar situar-se-á em 5% (2006), bastante abaixo do seu potencial;

- Não existe em Portugal um "cluster" do mar organizado em torno dos agentes económicos, tal como na Holanda, Noruega, Finlândia, Espanha e, até, particularmente, na Galiza;

Em termos sectoriais:

- O sector do turismo náutico encontra-se por explorar, apesar de constar como um dos 10 "produtos estratégicos" para o desenvolvimento do Turismo em Portugal (em 2004 a Espanha tinha 2,6 amarrações por 1.000 habitantes versus 0,9 estimado para Portugal em 2008);

Os transportes marítimos têm sido descurados:

- A tonelagem sob controlo nacional tem caído sucessivamente de 2.087 mil toneladas em 1980 para 209 mil toneladas em 2007;
- Os portos não são explorados de forma integrada nem se leva em consideração o potencial de plataforma logística para Espanha;
- A construção naval nacional não está integrada no contexto maior do cluster do Mar;
- No que se refere à Pesca, condicionada pela Política Comum de Pescas, existe ainda um elevado nível de informalidade e uma falta de integração das comunidades ribeirinhas;
- Aquicultura não existe de forma sistematizada, sendo que Portugal com 60kgs de consumo anual de peixe per capita;
- As novas actividades de exploração do Mar (energia, minerais e biotecnologia), na prática, não existem.
- E a defesa do nosso Mar é pouca.

III - Políticas

Desenvolvimento e Produção do Conhecimento:

O Mar é uma fonte de energia, de minerais, de alimentos e de biotecnologia, que podem contribuir para um mundo melhor. As políticas de acção nesta área são as seguintes:

- Levantamento dos recursos existentes no Mar Português e definir as prioridades e áreas de potencial investigação científica e exploração;
- Promover o esforço de investigação científica nos centros nacionais de investigação, promovendo a coordenação entre os detentores do conhecimento e parceiros na indústria e no comércio. O Estado deve colocar à disposição das Universidades, centros de investigação, empresas, todos os recursos possíveis: fontes de financiamento, Marinha de Guerra, os seus Institutos Públicos ligados ao Mar, o IAPMEI;
- Qualificação de recursos humanos que potenciam o desenvolvimento e produção do Conhecimento do Mar e participem na exploração económica dos recursos, desde o ensino secundário ao politécnico e universitário.

Assegurar a Protecção do Mar:

- Assegurando os objectivos da defesa nacional no Mar;
- Garantir a estabilidade e segurança necessárias ao desenvolvimento económico e social sustentado;
- Reforçar o papel da Marinha de Guerra como actor de modernização estratégica e de apoio sustentado ao conhecimento científico e tecnológico do Mar.

Desenvolvimento Sustentável da Economia do Mar:

As actividades económicas relacionadas com o Mar têm actualmente um peso no PIB de cerca de 5%, claramente inferior ao seu potencial. As prioridades a definir terão que incrementar essa participação na economia nacional, reforçando a competitividade da mesma.

Transportes Marítimos, Portos e Logística: gestão da rede portuária numa óptica de plataformas logísticas integradas a nível nacional e internacional; gestão da rede portuária numa perspectiva integrada e coordenada, de especialização e com recurso a parcerias com agentes económicos privados.

Turismo: sendo uma das maiores indústrias mundiais, Portugal detém condições competitivas muito fortes face a outros países, e que devem ser promovidas. Há que potenciar o desporto náutico e a náutica de recreio através do desenvolvimento de Centros de Mar, a promoção de PME's de apoio à náutica de recreio nas Marinas Nacionais e aumentar as condições de atractividade para as actividades de Turismo de Cruzeiros.

Alimentação: promover a gestão sustentável dos recursos naturais das pescas; definir, delimitar e concessionar a exploração de aquacultura; aumentar a apropriação nacional de valor da cadeia de produção de pescado português.

Energia: promover fortemente a exploração energética renovável do Mar Português, criando áreas definidas para a instalação de protótipos e facilitar o estabelecimento de equipamentos produtores no Mar.



FÓRUM PORTUGAL DE VERDADE

Gestão do Mar:

O Mar, atenta a sua importância para Portugal, para a sua identidade e para a economia nacional, é um factor de diferenciação estratégico e de inovação. Como desígnio estratégico, a sua gestão tem de ser promovida activamente pelo Estado numa óptica de criação de condições para um desenvolvimento sustentável e de aumento de eficiência.

Para o que a Comissão Estratégica dos Oceanos deve ser um fórum efectivo de participação de todos os agentes ligados ao Mar.

CONCLUSÕES E PROPOSTAS DO FORUM PARA O AMBIENTE

I. Situação presente

Durante os quatro anos de Governo, o Ministério do Ambiente funcionou de forma sectorial, com uma listagem de acções, sem lograr a sua coerência interna – medidas avulsas sem sistematização – e sem consciência da sua coerência externa – sem coordenação com o Governo como um todo, em particular sem coordenação com os Ministérios da Economia e das Finanças.

Por isso fracassou e, por isso, assistimos, nos últimos quatro anos:

- Ao Isolamento da política ambiental;
- À Dispersão legislativa;
- À Falta de sustentabilidade das políticas sectoriais.

Com este Governo:

- Portugal não cumpre as metas de Quioto, pela via da redução efectiva de emissões;
- Portugal tem das taxas de intensidade energética das mais elevadas da Europa;
- No sector dos transportes Portugal regista o quinto maior crescimento da Europa em matéria de emissões de GEE, com 96%;
- O uso do transporte rodoviário aumentou em Portugal, quando devia descer;
- Portugal esta abaixo da média europeia ao nível da requalificação de edifícios;
- Os centros urbanos carecem de requalificação;
- Os edifícios são responsáveis pelo consumo de 60% da energia;
- Apenas 58% da água captada é utilizada, ou seja, mais de 40% da água é desperdiçada na distribuição, por falta de investimento;
- As florestas carecem de gestão;
- Não há uma política de descontaminação de solos;
- Não há uma política de preservação da biodiversidade;
- Não há fiscalização ambiental em Portugal;
- Portugal está longe de cumprir as metas de reciclagem e valorização dos resíduos.

II - Linha estratégica

Implementar uma reforma verde para Portugal tornando o Ambiente não um simples sector de actividade mas uma referência global de desenvolvimento:

- Desenvolver uma política ambiental coerente e global, sistematizada e tutelada, capaz de criar um modelo de Desenvolvimento Sustentável no qual, Ambiente, Bem-Estar e Progresso sejam faces indissociáveis da mesma realidade;
- Uma política ambiental estruturada de forma a que todos os sectores a adoptem, capaz de garantir a sustentabilidade das políticas sectoriais;

- Mobilizar os portugueses, com uma aposta clara na Educação para o Ambiente, de forma a criar a consciência colectiva de que separar o lixo é um acto tão normal, quanto lavar as mãos; usar transportes públicos ajuda a reduzir as emissões; desligar uma luz reduz o consumo de energia; consumir tem regras;
- Desenvolver uma política externa liderante, na incorporação da nova ideia de interesse colectivo, com uma visão hodierna do global, assumindo Portugal um papel liderante na promoção da solidariedade internacional, com a criação de condições para que, os países africanos de expressão portuguesa, se tornarem "receptores" de projectos sustentáveis no seio dos acordos globais.

III - Políticas

- Estruturar o Governo com um modelo de predominância do Ministério do Ambiente, no sentido de que as políticas sectoriais sejam, para além de financeiramente sustentáveis, ambientalmente avalizadas;
- Sistematizar a legislação ambiental de forma a criar um corpo legal coerente e transparente;
- Implementar uma Reforma Tributável Sustentável inserindo mecanismos de tributação ambiental (penalizar as más práticas e incentivar as boas práticas);
- Fazer da punição ambiental uma realidade em Portugal;
- Um combate claro às mudanças climáticas, criando as condições para que Portugal cumpra, não pela via do pagamento, mas sim, pela redução efectiva das emissões, transformando este combate de problema em oportunidade;
- Cooperar com os países africanos de expressão portuguesa com vista a receberem projectos sustentáveis ao abrigo dos acordos globais
- Recuperar o atraso na implantação dos planos para a eficiência energética;
- Desenvolver uma política de transportes ambientalmente sustentável, retomando o conceito das autoridades metropolitanas de transportes, como única forma de garantir uma oferta coordenada e integrada de meios de transporte público;
- Criar incentivos, no sector da construção, como redução de taxas de licenciamento e maior celeridade nos processos de licenciamento a projectos de construção em conceito de green building;
- Apostar de forma clara nas energias alternativas, com processos de licenciamento mais céleres e eficazes e redução dos respectivos custos de contexto;
- Desenvolver a Floresta como riqueza nacional criando condições a sua gestão integrada;
- Tutelar de forma eficaz, as zonas protegidas como forma privilegiada de proteger a biodiversidade terrestre e marítima;
- Reduzir as perdas de água nas redes de distribuição;
- Criar o programa nacional de descontaminação dos solos.

CONCLUSÕES E PROPOSTAS DO FORUM PARA A AGRICULTURA

I - Situação Actual

O actual governo teve as melhores condições políticas e económicas dos últimos anos para incentivar, dinamizar e desenvolver o mundo rural, que representa 85% do território nacional, 30% da população activa empregada, directa e indirectamente, correspondendo 25% do PIB. Ao invés, preferiu adoptar uma política de má-fé e incumprimento da palavra dada, de descrédibilização das organizações agrícolas, hostilização aos agricultores e abandono do mundo rural contribuindo decisivamente para a queda do rendimento dos agricultores em 15% desde 2006 e maior dependência do mercado externo numa época de escassez alimentar.

A actuação do Governo pode ser traduzida:

- Pelo encerramento do anterior Quadro Comunitário de Apoio por decreto-lei em 28 Dezembro de 2005 quando terminava em Dezembro de 2006 – Ficaram mais de 50 milhões de euros por utilizar;
- Pela total incapacidade na aplicação do PRODER (Programa de Desenvolvimento Rural para o Continente), quando era mais necessário do que nunca antecipar e reforçar os apoios à agricultura e aos agricultores. Existem ainda medidas por regulamentar, medidas legisladas a aguardar concursos, problemas de operacionalização – Apesar de anúncios sucessivos e demagógicos de disponibilização de 1.000 Milhões de Euros para projectos de investimento foram distribuídos ZERO EUROS;
- Por em 2005 /2006 este Governo recusar-se a pagar os apoios financeiros a mais de 30.000 agricultores que se tinham candidatado em Março - Abril de 2005 às medidas agro-ambientais negociadas pelo anterior Governo, aprovadas e financiadas pela EU;
- Por em Março de 2006, com efeitos retroactivos a Setembro de 2005, suspender o apoio à electricidade verde, criado no início da década de 90 com o argumento de ter detectado a utilização irregular e ilegal por parte de mais de 45% dos beneficiários. Passados estes anos a medida continua suspensa e não se conhecem as irregularidades;
- Pela posição decidida e assumida pelo Ministério da Agricultura relativamente às Organizações de Agricultores, desistindo do trabalho desenvolvido em conjunto no apoio, acompanhamento e assistência técnica de proximidade aos agricultores;
- Pela profunda alteração do quadro das medidas Agro-Ambientais, nomeadamente o surgimento de entidades certificadoras em detrimento de um modelo que determinava a assistência e acompanhamento técnico de proximidade passando de actuação pedagógica para uma lógica de actuação fiscalizadora e de carácter coercivo. Esta alteração prejudicou uma em cada cinco explorações, totalizando 87.000 agricultores, que em 2005 beneficiavam desse incentivo à adopção de boas práticas culturais que minimizam o impacto da actividade agrícola no ambiente - o número de agricultores aderentes diminui para menos de um sétimo;

- Esvaziamento dos serviços periféricos do Ministério de poderes de decisão e apoio, tendo centralizado tudo o que é relevante em Lisboa - Agravou ainda mais o isolamento do agricultor no exercício da actividade;
- Por não deter e materializar um regime de incentivo à primeira instalação de jovens agricultores que considere a diferenciação entre as regiões desfavorecidas e as regiões não desfavorecidas – Em quatro anos nenhum jovem agricultor se instalou em Portugal Continental.

II – Linha Estratégica

- Travar a desertificação do Mundo Rural e considerar a agricultura e floresta, a valorização do ambiente, o lazer e turismo e os serviços de proximidade como actividades fundamentais a desenvolver na construção de um meio rural sustentável;
- Valorizar, dignificar e enaltecer a imagem da agricultura e dos agricultores junto da sociedade em geral;
- Promover a dinamização, produtividade e competitividade do sector agrícola de forma a garantir o abastecimento mínimo alimentar do país e fazer de Portugal um país competitivo no mundo;
- Credibilizar o papel do agricultor e das suas organizações após quatro anos de campanhas de descrédito promovidas pelo actual governo;
- Equidade no tratamento entre as regiões e agricultores mais e menos desfavorecidos;
- Apostar na cooperação estratégica com as organizações agrícolas. Menor e melhor Estado e não um Estado ausente ou prepotente como nos últimos quatro anos.

III - Políticas

- Estudo aprofundado da actividade agrícola de forma a definir uma matriz Território/Actividade Agrícola de modo a consubstanciar uma estratégia agrícola para o país e para os agricultores afim destes serem mais produtivos e competitivos;
- A conceptualização de um quadro de apoio à instalação de Jovens Empresários Rurais de forma a permitir e incentivar o espírito empresarial dos jovens detentores de explorações de pequena dimensão.
- Definição do papel do Estado no sector agrícola apostando no papel de concepção, fiscalização e controlo de políticas deixando às organizações o papel de apoio aos agricultores, nomeadamente no acompanhamento e assistência técnica e execução de políticas;
- Quantificar as externalidades positivas que representa a agricultura na protecção dos recursos naturais, nomeadamente água, solos, prevenção de incêndios, no garante da biodiversidade e na contribuição para o cumprimento do país na emissão de CO₂;
- Restabelecer a confiança com as organizações do sector agrícola.
- Promover a equidade do novo quadro de apoio fazendo a distinção entre as regiões desfavorecidas e regiões não desfavorecidas. No quadro actual, o valor do prémio e o incentivo ao investimento assumem para ambas as situações igual valor;
- Promover uma urgente reprogramação do PRODER;
- Alterar o modelo de gestão centralizado e burocrático do PRODER;
- Apostar na formação de verdade como pilar essencial na competitividade, qualidade e sucesso da actividade agrícola.